



RELATÓRIO & CONTAS — 2023 —

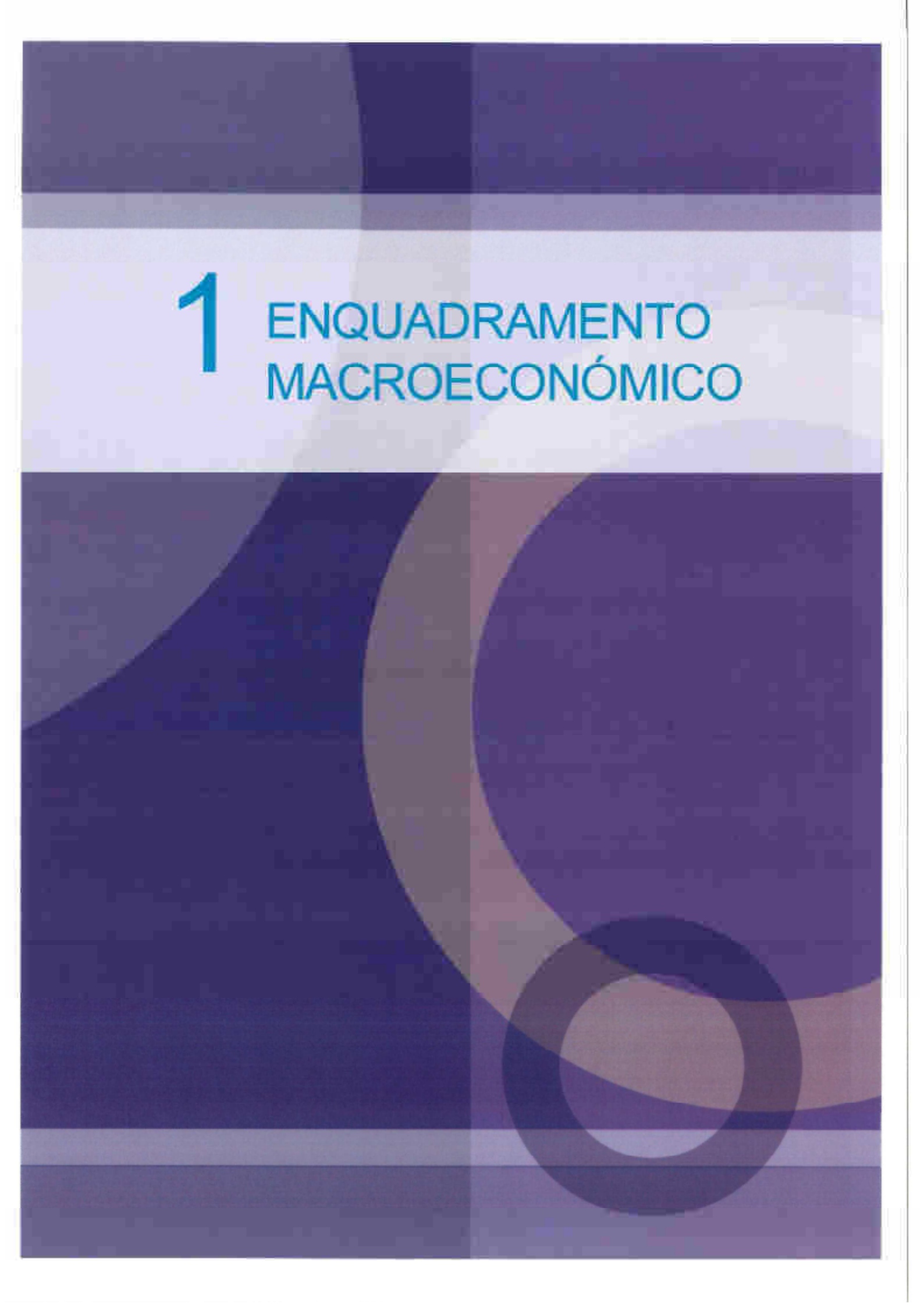
Económico Fundos de Pensões
Sociedade Gestora de Fundos de
Pensões, S.A.

Relatório e Contas

Dezembro de 2023

Índice

1. Enquadramento Macroeconómico.....	4
1.1 Economia Mundial.....	4
1.2 Economia Nacional.....	5
1.2.1 Preço e Produção Petrolífera.....	6
1.2.2 Inflação.....	6
1.2.3 Mercado Cambial.....	7
1.2.4 Dívida Pública.....	8
1.2.5 Mercado Secundário de Dívida.....	9
2. Actividade Desenvolvida.....	11
2.1 Missão.....	11
2.2 Histórico.....	11
2.3 Fundos de Pensões sob Gestão.....	12
2.4 Accionistas.....	13
3. Modelo de Governação.....	15
3.1 Estrutura Orgânica.....	15
3.2 Órgãos Sociais.....	16
4. Demonstrações Financeiras.....	18
4.1 Balanços em 31 de Dezembro de 2023 e 2022.....	18
4.2 Demonstrações dos resultados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022.....	19
4.3 Demonstrações de fluxo de caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022.....	20
5. Notas anexas às Demonstrações Financeiras.....	21
5.1 Nota Introdutória.....	21
5.2 Resumo das principais políticas contabilísticas.....	22
5.2.1 Bases de apresentação das demonstrações financeiras.....	22
5.2.2 Critérios de reconhecimento e bases de valorimetria específica.....	23
5.2.3 Principais estimativas na aplicação das políticas contabilísticas.....	31
Notas aos Balanços.....	32
Notas às Demonstrações de Resultados.....	42
6. Aprovação do Conselho de Administração.....	52
6.1 Relatório de gestão e documentos de prestação de contas.....	52
6.2 Proposta de distribuição de Resultados.....	52
6.3 Nota de agradecimento.....	53
7. Relatório do Auditor Externo.....	55
8. Parecer do Conselho Fiscal.....	56



1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1. Enquadramento Macroeconómico

1.1. Economia Mundial

Em 2023, o cenário macroeconómico mundial foi marcado por uma série de desafios e incertezas, influenciados por eventos geopolíticos como o conflito entre Rússia e Ucrânia. A tensão entre esses dois países contribuiu para uma atmosfera de instabilidade política e económica, afectando não apenas a região, mas também gerando repercussões globais.

Em termos de crescimento económico global, as expectativas foram moderadas devido às incertezas associadas ao conflito mencionado, bem como outros fatores, como o aumento dos preços das *commodities*, tensões comerciais entre grandes economias e preocupações com a inflação. Em outubro de 2023 Fundo Monetário Internacional (FMI) antecipou uma desaceleração do crescimento mundial de 3,5% para 3% em 2023 e 2,9% em 2024. Prevvia-se também uma desaceleração económica mais acentuada nas economias avançadas do que nos mercados emergentes e em desenvolvimento.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) ajustou as suas projecções de crescimento mundial para refletir os desafios económicos, buscando um equilíbrio entre os riscos negativos e os potenciais impulsionadores do crescimento, como o avanço tecnológico e os esforços de recuperação pós-pandemia.

Os países e regiões mais vulneráveis a perturbações geopolíticas, como os da Europa Oriental e aqueles com laços comerciais significativos com a Rússia e a Ucrânia, podem ter experimentado impactos mais directos em suas economias, como flutuações cambiais, aumento dos custos de energia e interrupções nas cadeias de suprimentos.

Por outro lado, as economias mais diversificadas e resilientes podem ter continuado a mostrar sinais de recuperação, sustentadas pelo forte consumo doméstico, investimento empresarial e políticas fiscais e monetárias acomodaticias.

Crescimento do PIB global (%)

	2021	2022	2023	2024
PIB Global	6,3	3,5	3	2,9
Economias avançadas	5,6	2,6	1,5	1,4
Mercados emergentes	6,9	4,1	4	4
África Subsaariana	1,5	3,8	2,7	3,9

Fonte: FMI*Projeção

De acordo com o Banco Mundial e Projecções feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento do PIB dos EUA apresentava uma tendência robusta, embora sujeito a choques natureza económicos e políticos. Em 2023, a taxa de juros dos EUA, sofreu ajustamentos de forma a dar resposta as condições económicas, cujo objectivo consistiu no estímulo ao consumo doméstico, Investimento e a inflação.

1.1.1 Mercado Petrolífero

Em 2023, o Mercado petrolífero mundial, foi caracterizado pelos desafios geopolíticos e a volatilidades no preço do petróleo, muitos dos quais foram influenciados pelo conflito entre Rússia e a Ucrânia. A escalada das tensões geopolíticas na região, bem como as incertezas associadas às políticas de produção e preços dos principais países produtores de petróleo, podem ter contribuído para a volatilidade dos preços do petróleo ao longo do ano.

Durante períodos de aumento das tensões entre Rússia e Ucrânia, os preços do petróleo podem ter experimentado picos devido a preocupações com a interrupção do fornecimento de energia, especialmente considerando o papel significativo da Rússia como um dos principais exportadores de petróleo do mundo. Essas tensões geopolíticas podem ter gerado um clima de incerteza no mercado petrolífero, levando a flutuações nos preços do petróleo em resposta a eventos e declarações relacionados ao conflito.

Além disso, outros fatores, como a demanda global por energia, o comportamento dos principais consumidores de petróleo e as políticas de produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e de seus aliados, também podem ter influenciado a evolução do mercado petrolífero em 2023.



1.2 Economia Nacional

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), até o segundo trimestre de 2023 verificou-se uma estagnação da actividade económica, tendo o PIB 0,2%.

De acordo com o Orçamento Geral do Estado 2023 (OGE 2023), o Governo angolano previu uma taxa de crescimento real do PIB global de 3,3%, suportada pelo crescimento dos sectores petrolífero em 2,98% e não petrolífero em 3,4%.

1.2.1 Preço e Produção Petrolífera

Em 2023, o preço e a produção petrolífera de Angola enfrentaram desafios económicos e operacionais, tendo sido influenciados por uma série de factores, incluindo a dinâmica do mercado global de petróleo, as políticas de produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e a demanda global por energia.

Apesar de o preço médio do petróleo angolano ter ligeiramente excedido as previsões do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2023, a produção ficou aquém das expectativas devido a intervenções de manutenção significativas nos principais blocos petrolíferos. A média de exportação de barris de petróleo foi de 1.098 milhões por dia, uma redução de 4% em comparação com o ano anterior.

A exportação média de barris de petróleo foi afectada por essa redução na produção, com dados indicando uma diminuição em relação ao período anterior. As receitas fiscais petrolíferas arrecadadas até outubro, conforme relatado pelo Banco Mundial, podem ter refletido essa dinâmica, mostrando uma queda acentuada em comparação com o mesmo período do ano anterior.

1.2.2 Inflação

A inflação em Angola fixou-se no mês de março de 2023 em 10,81% e 11,25% no mês de Junho, atingindo 15,01% no mês de Setembro, projectando-se que o ano de 2023 encerre com uma taxa de inflação de 17,8%, isto é, 6,7 pontos percentuais acima da meta prevista de 11,1%.

A retoma de pressões sobre preços internos ao longo do ano reflecte o impacto sobre os preços dos diferentes bens e serviços induzidos pela depreciação cambial, do ajuste do preço da gasolina no mês de Junho, encerramento de armazéns comerciais pelo Governo Provincial de Luanda.

Como consequência, o comportamento da inflação vem sendo influenciado, sobretudo, pelas tendências de aumento dos preços dos alimentos e bebidas não alcoólicas, que de longe tem sido a classe com maior impacto sobre a evolução do nível geral de preços com contribuições acima de 1 p.p desde o mês de Julho.



Fonte: INF

Em 2023, a conjuntura internacional foi marcada por um agravamento significativo, com o conflito militar entre Rússia e Ucrânia dominando as atenções. Este conflito gerou constrangimentos no comércio alimentar e nos setores energético, contribuindo para uma escalada nos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas, bem como dos alimentos e da energia, incluindo petróleo, gás natural e carvão.

Segundo o Banco Nacional de Angola (BNA), a inflação em Angola segue uma trajetória de aceleração iniciada no segundo trimestre de 2023. A nível das classes, maior alta de preços verificou-se na Educação em 10,53%, Saúde 6,97%, Alimentação e Bebidas 6,48%. Sendo a classe da educação impactada pelo ajuste nos preços das propinas e emolumentos das instituições e o efeito sazonal trimestral.

Fonte: Ministério das Finanças – Relatório de Fundamentação OGE 2024

1.2.3 Mercado Cambial

O ano de 2023 foi impactado pela diminuição da entrada de recursos de financiamentos externos, e a redução das receitas em moeda estrangeira, tendo implicação na taxa de câmbio. Segundo o Banco Nacional de Angola (BNA), os bancos comerciais adquiriram -37,1% de moeda estrangeira face ao período homólogo, influenciando a queda das operações cambiais.

O volume de divisas transacionado no mercado foi de 9.293 milhões de dólares, representando uma redução de 4.854 milhões de dólares em relação a 2022, resultante da depreciação substancial da moeda.



Fonte: Bloomberg

A taxa de câmbio do Kwanza em relação ao Euro e USD apresentaram um comportamento similar, tendo fechado o ano com uma depreciação de cerca de 39% em relação ao Dólar Americano e 41% em relação ao Euro. Devido a queda representativa no Mercado cambial, o BNA interveio no mercado introduzido, através da Directiva n.º 07/2023 o modulo BMatch da plataforma Bloomberg FXGO, definindo regras para referentes a operacionalização das vendas.

Fonte: Relatório de Evolução do Mercado Cambial de 2023 – BNA.

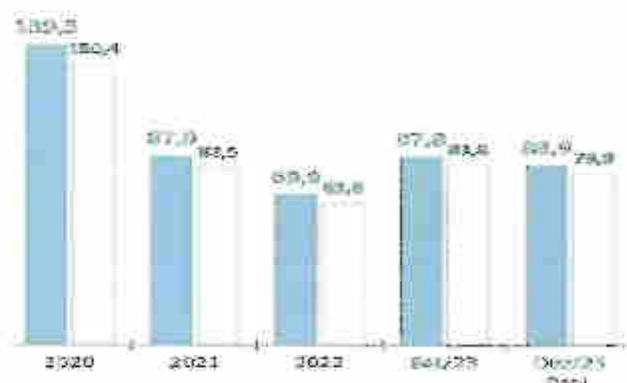
1.2.4 Dívida Pública

Em 2023, Angola continuou a receber avaliações das principais agências de classificação de risco, como Moody's, Standard & Poor's (S&P) e Fitch Ratings, influenciando a percepção do risco associado à sua dívida soberana. As últimas avaliações de risco da dívida soberana do governo de Angola foram as seguintes:

- Moody's manteve o Outlook de Angola como "positivo" e a classificação de risco da dívida soberana em "B3".
- Fitch Ratings manteve a notação de risco soberano de Angola para "B-" alterando a perspectiva de "positiva" para "Estável".
- Standard & Poor's manteve a classificação de risco soberano de Angola em "B-" e a perspectiva estável.

Dados preliminares das contas públicas indicam que até finais de Setembro de 2023, os rácios das dívidas governamental e pública atingiram os 83,8% e 87,8% do PIB, respectivamente; e as recentes projecções fiscais de fecho apontam que o ano de 2023 deverá encerrar com rácios 79,9% para a dívida governamental e de 83,9% do PIB para a dívida pública.

A actual estrutura da dívida é caracterizada por elevada exposição às oscilações da taxa de câmbio e das taxas de juros, particularmente no respeitante à dívida externa, e não obstante os esforços fiscais de criação de superávits primários, factor atenuante ou dissuasor de aumentos do rácio da dívida, do ponto de vista macroeconómico, o agravamento do rácio da dívida pública é impulsionada por uma taxa de câmbio mais fraca, considerando a depreciação cambial entre o final de Maio e Junho e um diferencial menos favorável entre taxa de juro e crescimento em virtude de um crescimento do PIB menos revisto em baixa.



Fonte: Ministério das Finanças – Relatório de Fundamentação OGE2023

1.2.5 Mercado Secundário de Dívida

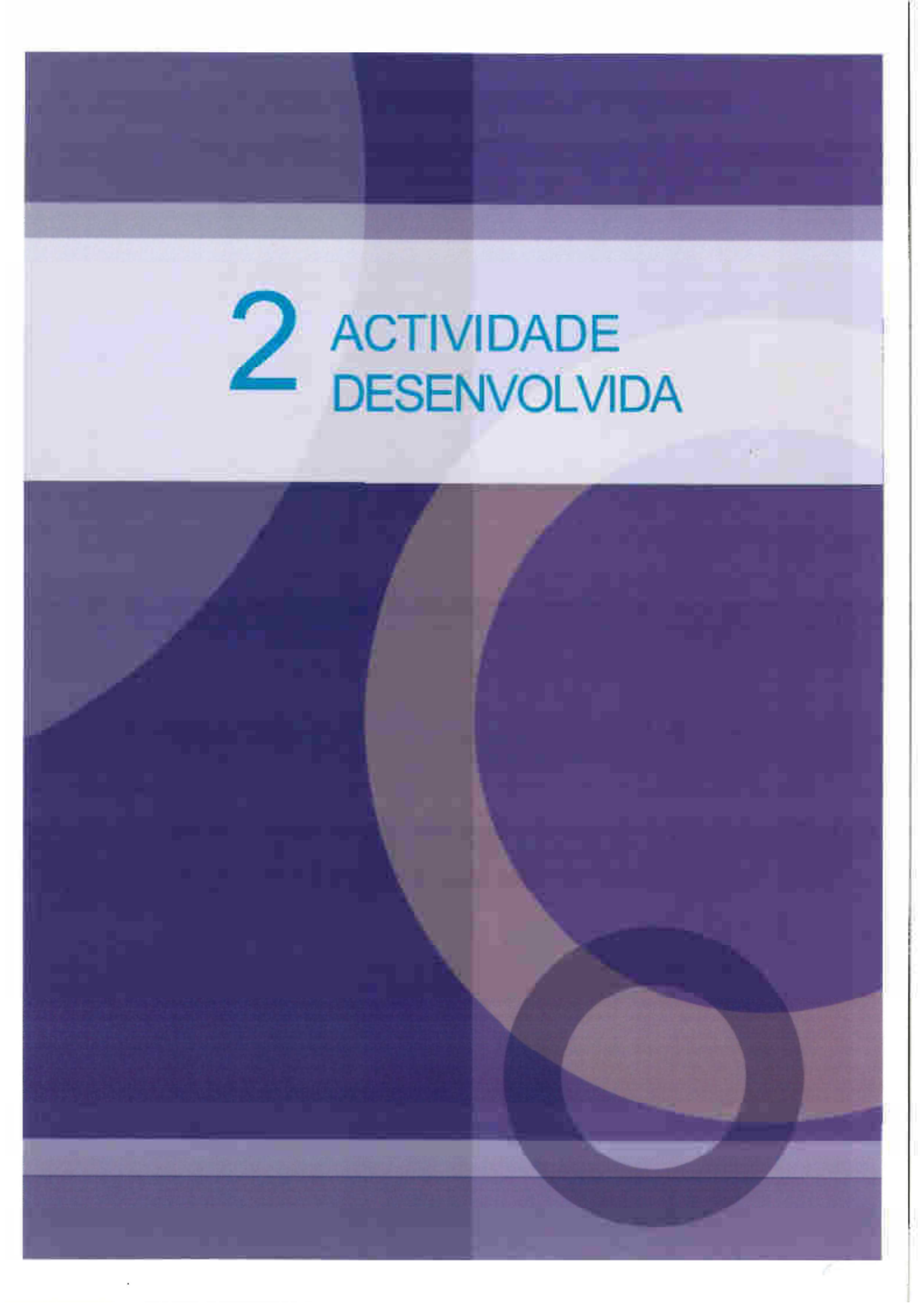
No Mercado de Bolsa de Títulos de Tesouro (MBTT), foram realizados 5 034 negócios o que representa uma redução de 12,39% face a 2022 e movimentado um total de 7 806 milhares de Kwanzas, o que representa um aumento de 353,06% face ao período homólogo.

A CEVAMA, em 31 de Dezembro de 2023, apresentou um montante de títulos públicos em custódia de mais 71% face ao registado em 2022.

Volume de Negociação vs Número de Negócios



Fonte: Bodiva – Relatório e Contas 2023



2 ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

2. Actividade Desenvolvida

2.1 Missão

A Económico Fundos de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (doravante, “Económico SGFP” ou “Sociedade”) tem como principal missão contribuir para o *porvir* dos Participantes e Beneficiários dos Fundos de Pensões sob sua gestão, garantindo o seu direito a uma reforma condigna e benefícios futuros, através da gestão cuidada e eficiente das suas contribuições.

A actividade da Sociedade é complementar à da segurança social pública, oferecendo aos seus Associados, Participantes e Beneficiários, a possibilidade de constituição de patrimónios autónomos (Fundos de Pensões) que garantam, no futuro, o direito inalienável da pessoa humana a uma pensão de reforma condigna, no culminar da sua vida activa e da sua carreira contributiva para a sociedade.

A Económico SGFP tem também como missão contribuir para o progresso das empresas, potenciando a valorização dos seus colaboradores e fomentar o desenvolvimento económico e social do País, em estrito respeito pelas regras de ética e deontologia profissional.

2.2. Histórico

A Económico SGFP é uma instituição financeira não bancária, autorizada para o exercício das suas funções pelo Ministério das Finanças da República de Angola (MINFIN), através do Despacho n.º 419-A/09, de 29 de Setembro de 2009, tendo como objecto social a gestão de Fundos de Pensões de acordo com as normas que regulam esta actividade, podendo no seu prosseguimento praticar todos os actos que não lhe sejam vedados por legislação aplicável. A Sociedade encontra-se registada junto da Autoridade Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (“ARSEG”), desde 2 de Março de 2009, sob o n.º 56143.

A Económico SGFP iniciou a sua actividade em Abril de 2009 – com a denominação de “BESACTIF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A” – por duração indeterminada, tendo a sua sede na Rua Marechal Brós Tito, n.º 35/37, 5.º andar, fracção C, Edifício Escom, Ingombota, em Luanda, Angola.

No âmbito das deliberações da Assembleia Geral de 15 de Julho de 2015, a Sociedade alterou a sua denominação social para a actual, publicada em DR de 23 de Fevereiro de 2017.

2.3. Fundos de Pensões sob Gestão

Em 31 de Dezembro de 2023, a Sociedade geria cinco Fundos de Pensões, sendo dois abertos e três fechados:

Fundos de Pensões	Data de constituição	Data de Transferência	Tipo de Plano	Plano de Pensões
Fundo Pensões 1-5-10 por dia	27/07/2001	01/12/2013	Aberto	Contribuição Definida
Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Ministério dos Petróleos	03/01/2003	01/04/2014	Fechado	Benefício Definido
Fundo de Pensões dos Trabalhadores da UNITEL	01/02/2007	01/02/2014	Fechado	Contribuição Definida
Fundo de Pensões dos Trabalhadores da ENE, EP	21/05/2008	01/02/2014	Fechado	Benefício Definido
Fundo de Pensões BESA Opções Reforma	01/02/2010	-	Aberto	Contribuição Definida

Apesar da legislação sobre os Fundos de Pensões ter sido criada, em Angola, há quase duas décadas, com a publicação do Regulamento dos Fundos de Pensões (Decreto nº 25/98 de 7 de Agosto), não tem sido fácil a implementação da segurança social privada. Em 2023, apesar do crescimento da actividade económica, o sector dos Fundos de Pensões conheceu dificuldades nas novas adesões aos Fundos - ao nível empresarial e individual - e também, nos constrangimentos e atrasos das empresas Associadas, na realização das suas contribuições.

Apesar disso, a Económico SGFP manteve a sua evolução positiva e o crescimento sustentado da sua actividade, em colaboração com os seus Accionistas, o seu Regulador (ARSEG) e outros stakeholders, consolidando a sua presença no mercado.

De realçar o aumento dos valores dos Fundos sob gestão da Sociedade que ascenderam, em Dezembro 2023, a AOA 45 684 mil milhões, em relação ao período homólogo verificou-se um aumento de 62%.

Valor dos Fundos em Gestão

Fundos de Pensões - Valor dos fundos	Valores expressos em milhares de Kwanzas				
	2023	2022	2021	Var. (%) 2023-2022	CAGR ¹ '22
Fundo de pensões Besa Opções Reforma	6 155 387	4 553 482	3 044 585	35%	65%
Fundo de Pensões 1-5-10 Por dia	284 070	182 724	151 195	55%	87%
Fundo de Pensões dos trabalhadores ENE, EP	9 751 642	2 827 847	3 026 635	244%	158%
Fundo de Pensões dos trabalhadores do Ministério dos Petróleos	3 801 003	2 161 360	2 245 116	80%	64%
Fundo de Pensões dos trabalhadores da UNITEL	25 612 274	18 486 038	15 024 410	39%	92%
Total	45 684 657	28 211 471	24 292 161	62%	97%

Fonte: Económico SGFP

Se analisarmos a evolução do último biênio (2023/21) verificamos um crescimento médio anual de 97% dos fundos sob gestão, revelador da forte dinâmica comercial e financeira da Económico, SGFP numa conjuntura particularmente desafiante, como foram os últimos dois anos.

Verifica-se um aumento no património dos Fundos, quer no Fundo de Pensões dos Trabalhadores da UNITEL, quer no Fundo de Pensões Besa Opções de Reforma que cresceram respectivamente, 39% e 35%.

Verificou-se um aumento de receitas em 2023 na ordem dos 82%, em relação ao período de 2022 devido ao aumento das contribuições dos fundos, tendo a Económico SGFP conseguido uma evolução bastante positiva das suas receitas, atingindo 736 832 milhares de Kwanzas em 2023.

Valor das Comissões de Gestão

Fundos de Pensões - Comissões de gestão	Valores expressos em milhares de Kwanzas				
	2023	2022	2021	Var. (%) 2023-2022	CAGR ³ %
Fundo de Pensões dos trabalhadores da Unitel	258 750	186 725	155 760	39%	66%
Fundo de pensões Besa Opções Reforma	157 849	110 763	101 149	35%	56%
Fundo de Pensões dos trabalhadores ENE, EP	285 488	82 958	55 790	244%	222%
Fundo de Pensões dos trabalhadores do Ministério dos Petróleos	27 500	15 256	14 828	80%	74%
Fundo de Pensões 1-5-10 Por dia	7 285	4 117	4 159	77%	75%
Total	736 832	405 803	365 586	82%	76%

Fonte: Económico SGFP

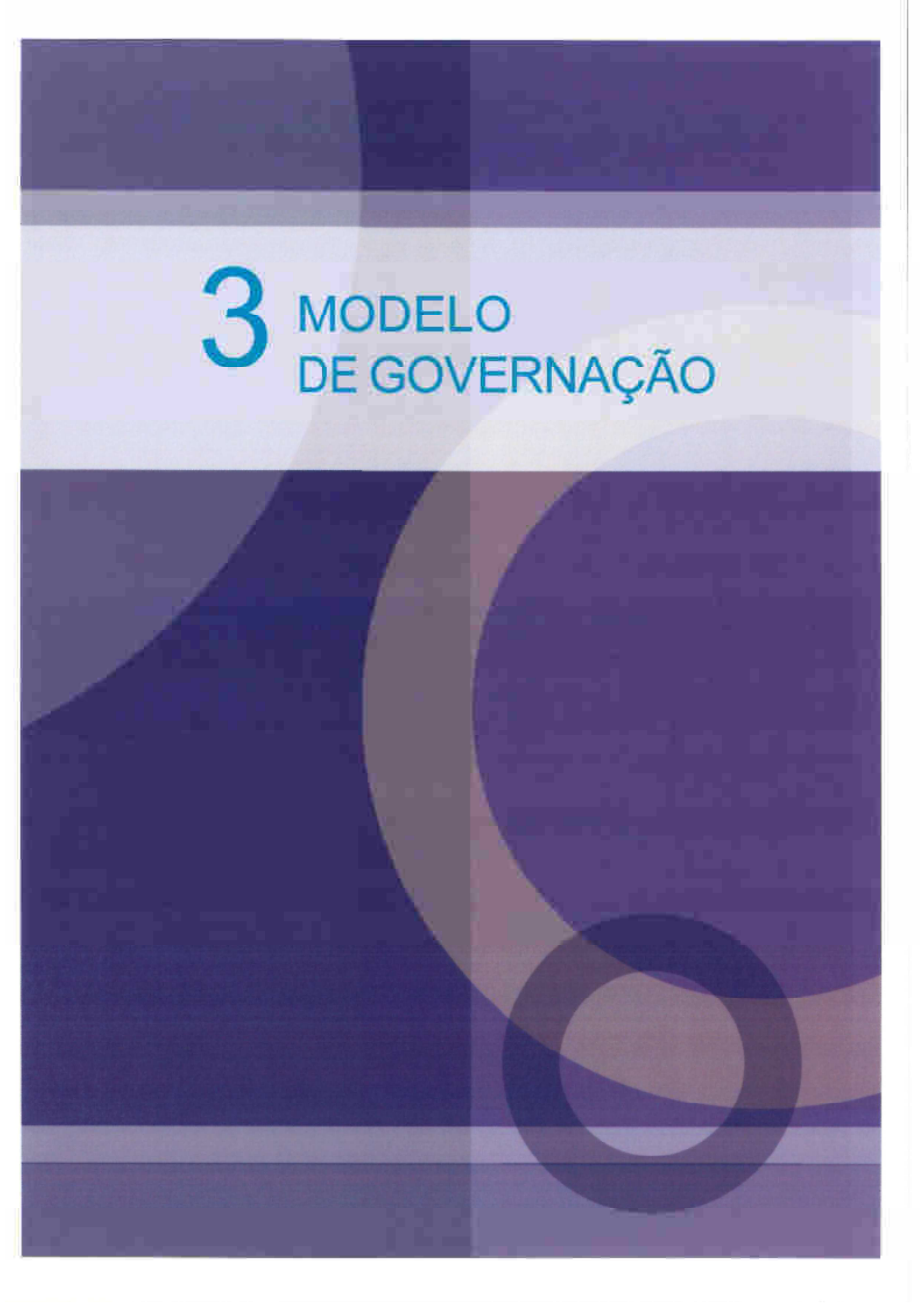
Em termos de novas adesões, destaca-se o Fundo do MINPET seguido do Fundo UNITEL, compensando a redução nos restantes Fundos, particularmente no Fundo do ENE. Esta evolução reflecte o perfil da população activa dos respectivos Associados: o Fundo MINPET com uma população estabilizada, mas que cresceu por via da agregação de dois Ministérios (Petróleos e Geologia e Minas que deram origem ao Ministério de Recursos Minerais e Petróleos); o FP UNITEL uma população jovem e ainda em crescimento; e o FP ENE com o maior crescimento de Beneficiários, à medida que os Participantes atingem a idade de reforma.

2.4. Accionistas

Da sua estrutura accionista fazem parte o Banco Económico, S.A. ("BE") e a GNB - Participações Internacionais, SGPS, S.A. ("GNB"), do Grupo NOVO BANCO, com sede em Angola e Portugal, respectivamente.

EFP SGFP - Estrutura Accionista em 31 Dezembro 2023

Accionistas	Valores expressos em Kwanzas		
	Nº de Acções	Valor Nominal	%
Banco Económico, S.A.	9 600	960 000 000	96%
GNB - Gestão de Activos, SGPS, S.A	370	37 000 000	3,7%
Accionistas singulares (#3)	30	3 000 000	0,3%
TOTAL	10 000	1 000 000 000	100%

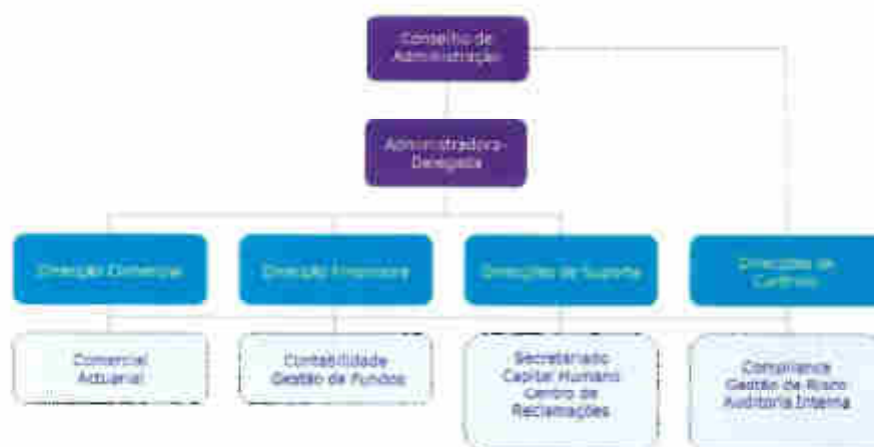


3 MODELO DE GOVERNAÇÃO

3. Modelo de Governação

3.1 Estrutura Orgânica

Em 31 de Dezembro de 2023 o Organograma da Sociedade era o seguinte:



3.2. Órgãos Sociais

Nos termos estatutários são órgãos sociais da Económico SGFP, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal os quais apresentam, em 31 de Dezembro de 2023, a seguinte composição:

Mesa da Assembleia Geral

- | | |
|-------------------------|------------|
| ➤ Denise Nair Henriques | Presidente |
| ➤ Emílio Raul | Secretário |

Conselho de Administração

- | | |
|---------------------------------------|-----------------------------|
| ➤ Desidério Albano César | Presidente Não Executivo |
| ➤ António Gaspar Cosme | Administrador Não Executivo |
| ➤ Maria Alexandra Dias Fernandes Lino | Administradora Executiva |

Conselho Fiscal

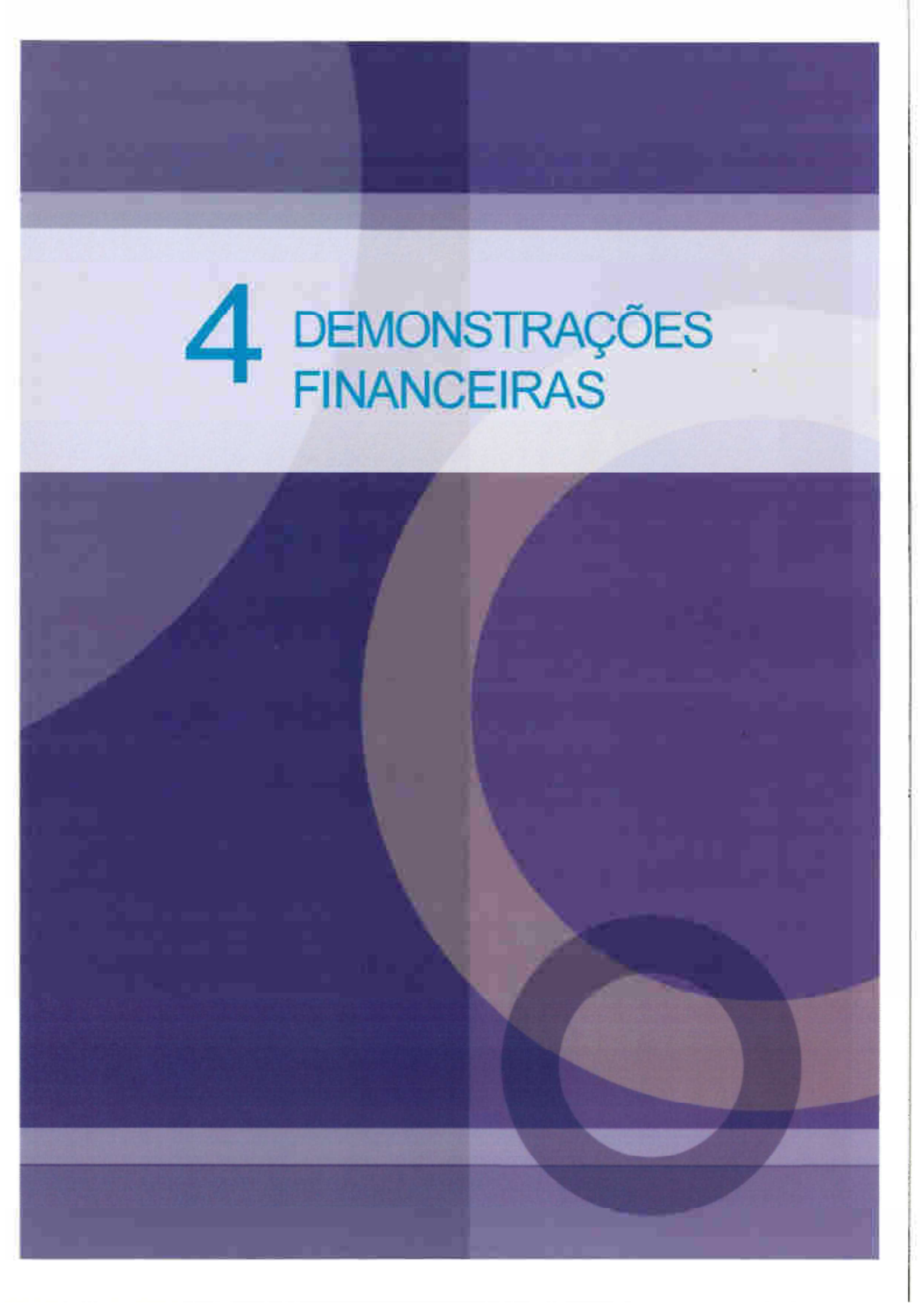
- | | |
|--|-----------------|
| ➤ João Manuel António | Presidente |
| ➤ Clotilde de Jesus Moreira | Vogal |
| ➤ Teresa Gisela Cardoso Caculo Kussoca | Membro Suplente |

Comissão de Remunerações

- | | |
|-----------------------------------|------------|
| ➤ Elisa de Jesus Francês Baptista | Presidente |
| ➤ Nádja Gizela Batalha de Matos | Vogal |
| ➤ Anna Karina Martins Ribeiro | Vogal |

Auditor Externo

O auditor externo da Sociedade Gestora é a C&S Assurance and Advisory, S.A. desde 2022.



4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. Demonstrações Financeiras

4.1 Balanço em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Kwanzas			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ACTIVO			
Activos não correntes			
Imobilizações corpóreas	4	15 883	18 510
Outros activos financeiros	7	150 000	834 928
Total do Activos não corrente		165 883	853 438
Activos correntes			
Contas a Receber	9	78 510	55 880
Disponibilidades	10	1 397 488	609 259
Outros activos correntes	11	476 941	331 677
Total do Activos corrente		1 952 939	996 816
Total do Activo		2 118 822	1 850 254
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital	12	1 000 000	1 000 000
Reservas Legal	13	64 608	24 090
Resultados transitados	14	566 939	200 901
Resultados de exercício		311 526	405 178
Total Capital Próprio		1 943 173	1 630 169
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Impostos diferidos	16	6 431	6 431
Provisões para outros riscos e encargos	18	14 085	14 085
Total do passivo não corrente		20 516	20 516
Passivo corrente			
Contas a pagar	19	73 560	115 467
Outros passivos correntes	21	81 474	78 102
Total do passivo corrente		155 133	193 569
Total do Passivo		175 649	214 085
Total do Capital Próprio e do Passivo		2 118 822	1 850 254

As notas anexas fazem parte integral destas demonstrações financeiras

Aida Phirimani

O Contabilista

[Assinatura]

O Conselho de Administração

4.2 Demonstrações dos resultados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Kwanzas			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Outros proveitos operacionais	24	736 832	405 803
Custos com o pessoal	28	(166 115)	(119 967)
Amortizações	29	(9 866)	(17 579)
Outros custos e perdas operacionais	30	(451 824)	(198 188)
Resultados operacionais		109 027	70 069
Resultados financeiros	31	216 683	220 682
Resultados não operacionais	33	(14 084)	180 003
Resultado antes de impostos		311 626	470 754
Imposto sobre o rendimento do exercício, do qual:			
Imposto corrente	35	-	(65 576)
Imposto diferido	35	-	-
Resultados líquidos das actividades correntes		311 626	405 178
Resultados extraordinários	34	-	-
Resultados líquido do exercício		311 626	405 178

As notas anexas fazem parte integral destas demonstrações financeiras

Aida Mussurua

O Contabilista

[Assinatura]

O Conselho de Administração

4.3 Demonstrações de fluxo de caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Fluxo de caixa das actividades operacionais:		
Recebimentos (de caixa) de clientes	558 128	302 589
Pagamentos (de caixa) a fornecedores e empregados	(486 864)	(282 787)
Recebimentos de proventos inerentes a outros rendimentos operacionais		
Aplicações a prazo - constituição	-	-
Aplicações a prazo - vencimento	793 734	300 000
Recebimentos de juros de aplicações a prazo	-	22 443
Caixa gerada pelas operações	864 998	342 245
Juros pagos e outras despesas similares	(7 391)	-
Encargos financeiros	(19 385)	(12 375)
Impostos s/ os lucros pagos	(162 751)	(71 215)
Caixa líquida proveniente das actividades operacionais	675 471	258 655
Fluxo de caixa das actividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Juros obtidos	112 759	78 782
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	-	-
Imobilizações incorpóreas	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Caixa líquida usada nas actividades de investimento	112 759	78 782
Caixa e seus equivalentes no início do período	609 258	131 822
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes	788 230	337 437
Caixa e seus equivalentes no fim do período (Nota 10)	1 397 488	609 259

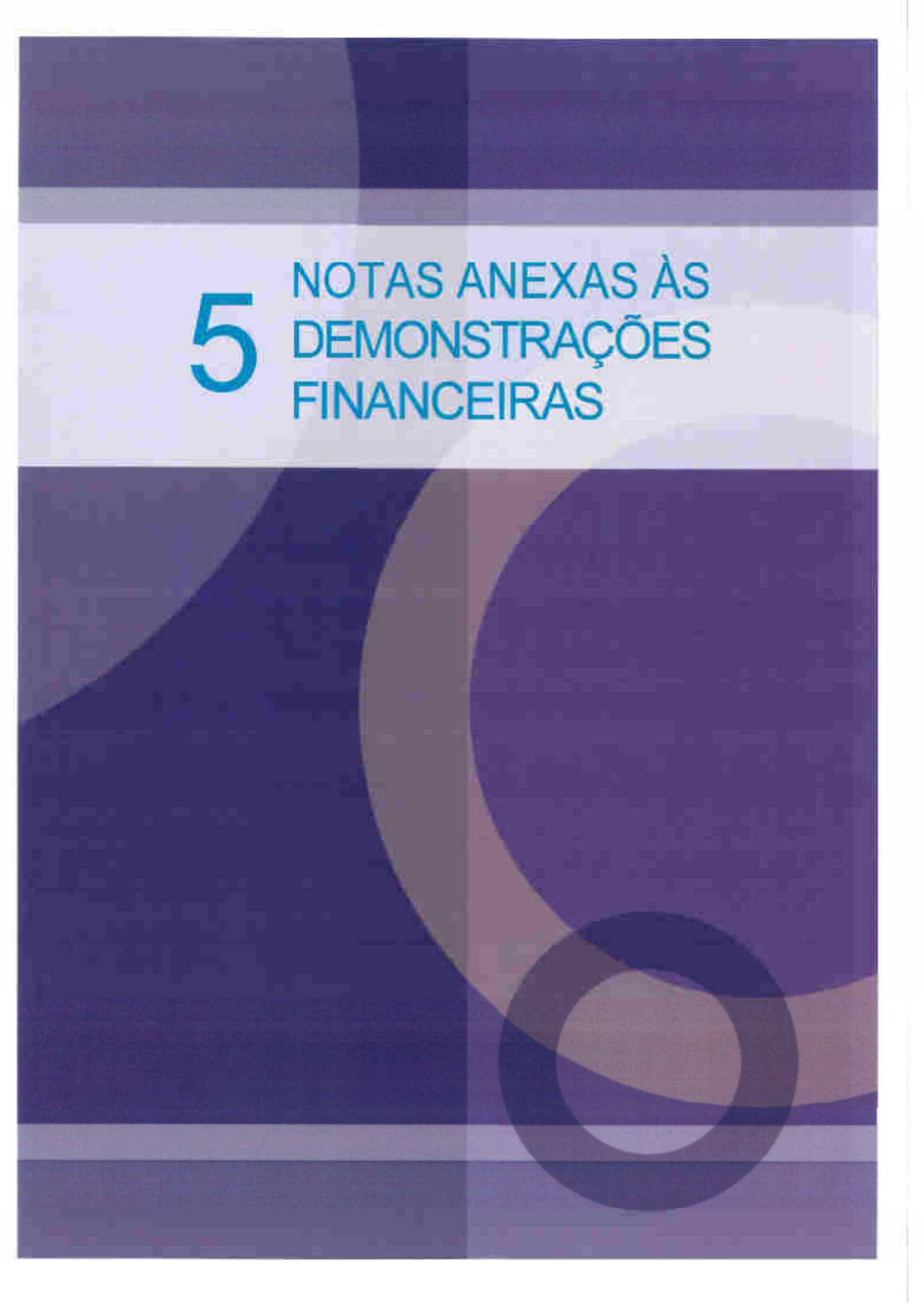
As notas anexas fazem parte integral destas demonstrações financeiras

Azela M. M. M. M.

O Contabilista

[Assinatura]

O Conselho de Administração



5 NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5. Notas anexas às Demonstrações Financeiras

5.1 Nota Introdutória

A Económico Fundos de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante designada por “Económico SGFP” ou “Sociedade”), é uma instituição financeira não bancária, autorizada para o exercício das suas funções pelo Ministério das Finanças da República de Angola, através do Despacho n.º 419-A/09, de 29 de Setembro de 2009, tendo como objecto social a gestão de fundos de pensões de acordo com a normas que regulam a actividade, podendo no seu prosseguimento, praticar todos os actos que não lhe sejam vedados por legislação aplicável.

A Sociedade encontra-se registada junto da Autoridade Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (“ARSEG”), desde 2 de Março de 2009, sob o nº 56143.

A Económico SGFP iniciou a sua actividade em Abril de 2009, por duração indeterminada, tendo a sua sede na Rua Marechal Brós Tito, nº 35/37, 5º andar, fracção C, Edifício Escom, Ingombota, em Luanda, Angola.

Da sua estrutura accionista fazem parte o Banco Económico, S.A. (“BE”) e a GNB - Participações Internacionais, SGPS, S.A. (“GNB”), com sede em Angola e Portugal, respectivamente, conforme detalhado na Nota 6, sendo as suas Demonstrações Financeiras consolidadas pelo BE.

A 31 de Dezembro de 2023, a Sociedade geria um total de cinco Fundos de Pensões, com os valores das carteiras em gestão conforme a seguir se apresenta:

Fundos de Pensões	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	Data de constituição	2023
Fundo de pensões Base Opções Reforma	01/02/2010	6 155 587
Fundo de Pensões dos trabalhadores ENE, EP	21/05/2008	9 731 642
Fundo de Pensões dos trabalhadores da Unel	01/07/2007	25 612 274
Fundo de Pensões dos trabalhadores do Ministério dos Petróleos	03/01/2003	3 901 083
Fundo de Pensões 1-5-10 Por dia	27/07/2001	284 070
Total		45 684 657

5.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

5.2.1 Bases de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola, estabelecidos pelo Plano Geral de Contabilidade (PGC) aprovado pelo Decreto n.º 82/01, de 16 de Novembro e demais legislações complementares aplicáveis, adoptado pela Sociedade no exercício de 2021 (desde 1 de Janeiro de 2021). As políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade em 31 de Dezembro de 2023, não diferem das políticas adoptadas em 31 de Dezembro de 2022, exercício em que as contas foram preparadas com o normativo contabilístico Plano de Contas das Instituições Financeiras Ajustado (CONTIF Ajustado), sem alterações contabilísticas com impacto das demonstrações financeiras para o presente exercício.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no PGC, sendo que as notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

De acordo com o PGC, são de preparação obrigatória as seguintes componentes das demonstrações financeiras:

- O Balanço;
- A Demonstração de Resultados por natureza ou, em sua substituição, a Demonstração de Resultados por funções;
- A Demonstração de Fluxos de Caixa elaborada pelo método directo ou, em sua substituição, a Demonstração de Fluxos de Caixa elaborada pelo método indirecto;
- As Notas às Contas.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade e do acréscimo, respeitando as características da relevância e fiabilidade e em obediência aos princípios contabilísticos da consistência, materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade. As quantias estão todas expressas em milhares de Kwanzas, arredondados para o milhar mais próximo, excepto quando expressamente indicado.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, da natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro, o Conselho de

Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter a actividade, não havendo intenção de cessar a actividade no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

5.2.2 Critérios de reconhecimento e bases de valorimetria específica

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

Esta rubrica integra os imobilizados corpóreos, móveis e imóveis, que se destinam exclusivamente à utilização para a actividade operacional e não à comercialização, com carácter de permanência superior a um ano.

O imobilizado corpóreo encontra-se apresentado ao custo histórico, líquido das respectivas amortizações.

A base de medição usada para determinar a quantia bruta registada é o custo de aquisição que inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição para que o bem seja colocado no local e forma pretendida para laborar.

Os imobilizados corpóreos são reconhecidos de acordo com os critérios consignados no PGC e são capitalizados em função do benefício esperado independentemente do seu valor.

Os encargos com melhorias são incluídos no custo do activo desde que: (i) prolonguem a sua vida útil; (ii) aumentem a sua capacidade operativa; (iii) ou ainda se tiverem sido considerados no início da sua entrada em funcionamento como indispensáveis para reposição da capacidade produtiva ao longo da sua vida útil. Os restantes dispêndios que não cumpram a premissa descrita, tais como encargos com reparação e manutenção, são reconhecidos como custo no período em que ocorrem.

As amortizações dos imobilizados corpóreos são calculadas através do método das quotas constantes considerando a estimativa para a sua vida útil, as quais não diferem das taxas máximas fiscalmente aceites como custo de acordo com o disposto no Código do Imposto Industrial aprovado pela Lei n.º 26/20 de 20 de Julho e de acordo com o Decreto Presidencial n.º 207/15 sobre taxas de reintegrações e amortizações.

As vidas úteis médias estimadas para os activos são conforme segue:

Descrição	Vida útil (anos)
Mobiliário	4 a 5
Material de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	5

b) Imobilizações Incorpóreas

O imobilizado incorpóreo encontra-se apresentado ao custo histórico de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), líquido das respectivas amortizações (Nota 5).

A base de medição usada para determinar a quantia bruta registada é o custo de aquisição que inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição para que o bem seja colocado no local e forma pretendida para laborar.

As amortizações do imobilizado são calculadas através do método das quotas constantes considerando a estimativa para a sua vida útil, as quais não diferem das taxas máximas fiscalmente aceites como custo de acordo, com base na Portaria n.º 755/72, de 29 de Abril para os bens adquiridos até Dezembro de 2014, e de acordo com o Decreto Presidencial n.º 207/15, de 5 de Novembro, no seguimento do disposto no Código do Imposto Industrial em vigor.

As vidas úteis médias estimadas para os activos desta tipologia são conforme segue:

Descrição	Vida útil (anos)
Programa de computador (software)	5

c) Contas a receber

As contas a receber são registadas ao seu valor nominal ou ao seu valor de realização, dos dois o mais baixo (Nota 9).

d) Contas a pagar

As contas a pagar são apresentadas ao custo histórico (Nota 19).

e) Caixa e seus equivalentes

As disponibilidades incluem: depósitos à ordem, depósitos a prazo, títulos negociáveis e outros depósitos. As disponibilidades em moeda estrangeira são actualizadas ao câmbio da data do relato.

f) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os proveitos são considerados realizados quando: (i) nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou assumido firme compromisso de efectivá-lo; (ii) na extinção, parcial ou total de um activo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um activo de valor igual ou maior; (iii) na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou (iv) no recebimento efectivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando: (i) deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro; (ii) pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou (iii) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

g) Comissão de gestão

A sociedade reconhece os seus proveitos com a comissão de gestão em função das modalidades predefinidas nos contratos de gestão dos fundos. As comissões incidem sobre o valor líquido global do fundo (excluindo o valor investido em participação de fundos de investimentos geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínios ou de grupo) antes de comissões e taxa de supervisão.

h) Contribuições a Agência Angolana de Regulação e Supervisão (ARSEG)

As sociedades gestoras de fundos de pensões autorizadas a exercer a actividade em Angola devem contribuir, em cada ano, para a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG).

A Sociedade Gestora, tem cumprido com o Decreto Presidencial n.º 213/22 de 23 de Julho, tendo pago anualmente o montante de acordo com a deposição referida.

i) Títulos e valores mobiliários

Os títulos negociáveis existentes na carteira da Sociedade Gestora são reconhecidos ao custo históricos e mensurados mediante a valorização de mercado.

Em títulos negociáveis, encontram-se registados os títulos adquiridos com objectivo de aplicação de excedentes de tesouraria para obtenção de fluxos de caixa, bem como para poderem ser transaccionados (quando aplicável).

j) Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras da Sociedade são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em Kwanzas.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional e os correspondentes proveitos e custos são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho. As taxas de câmbio consideradas correspondem às taxas de câmbio médias publicadas pelo Banco Nacional de Angola ("BNA").

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os câmbios de referência, do Kwanza face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

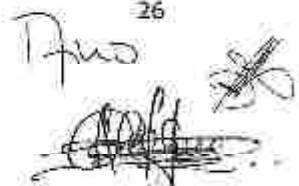
Moeda	2023	2022
USD	828,800	503,691
EUR	915,900	537,438

k) Benefícios a colaboradores

Os benefícios de curto prazo são reflectidos na rubrica "Custos com o Pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. É reconhecido um passivo pelo montante expectável a ser liquidado, se a Sociedade tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar este montante como resultado de um serviço prestado no passado pelo colaborador e essa obrigação possa ser fiavelmente estimada (Nota 28).

i. Remuneração variável paga aos colaboradores e administradores

A Sociedade pode atribuir remunerações variáveis aos seus colaboradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída. A



remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados do exercício a que dizem respeito.

ii. Provisão para subsídio de férias

A actual Lei Geral do Trabalho (Lei n.º 7/15, de 15 de Junho) determina que o montante de subsídio de férias a pagar aos trabalhadores em determinado exercício é um direito adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, a Sociedade releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a subsídio de férias e as férias por gozar a pagar no ano seguinte.

iii. Fundo de Pensões

A Sociedade efectua contribuições anuais em nome dos seus colaboradores a título de complemento de reforma, para o Fundo "BESA Opções Reforma" (FP BOR) - Fundo privado, aberto e de contribuição definida gerido pela própria Sociedade Gestora. Não existem planos de benefício definido.

O valor das contribuições relativo ao ano de 2023 é apresentado no quadro seguinte:

Fundos de Pensões	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	Data de constituição	Constituição em 2023
Fundo de pensões Besa Opções Reforma	01/02/2010	6 155 587
Total		6 155 587

l) Provisões para outros riscos e encargos

São reconhecidas provisões para outros riscos e encargos sempre que se verifique a existência de uma obrigação legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado, seja provável que haja um fluxo de recurso para liquidação dessa obrigação e possa ser fiavelmente estimado. Sendo que estas provisões são revistas à data de relato e são ajustados de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

m) Regime fiscal

A Sociedade encontra-se sujeita aos seguintes impostos e contribuições numa base recorrente:

- Imposto sobre os rendimentos do Trabalho (IRT)

Este imposto é retido pela Sociedade sobre os ordenados dos seus trabalhadores dependentes e entregue ao Estado, de acordo com os escalões previstos na tabela do IRT, aprovada pela Lei n.º 28/20, de 22 de Julho, que altera o Código do Imposto sobre Rendimentos do trabalho, e que estabelece 13 escalões crescentes, com taxas até 25%. Adicionalmente, a Sociedade retém o IRT sobre os rendimentos pagos a prestadores de serviços individuais, à taxa efectiva de 6,5%, consoante os serviços em causa se encontram ou não, respectivamente, previstos na Lista de Serviços contemplada no Código do IRT em vigor no exercício de 2020, Lei 28/20 de 22 de Julho.

- Segurança Social

Esta contribuição corresponde a 11% das remunerações dos empregados, sendo 3% da responsabilidade do empregado e 8% do empregador.

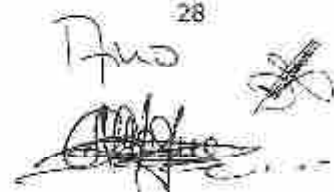
- Imposto Predial (IP)

O novo Código do Imposto Predial (CIP) foi aprovado pela Lei n.º 20/20, de 9 de Julho, que aprova o Código do Imposto Predial e revoga o Diploma Legislativo n.º 4044, de 13 de

Outubro de 1970, que aprova o Código do Imposto Predial Urbano, a Lei n.º 18/11, de 21 de Abril, e a Lei n.º 16/11, de 21 de Abril, e derroga todas as normas sobre tributação dos imóveis constantes do Diploma Legislativo n.º 230, de 21 de Maio de 1931, que aprova o Regulamento para a Liquidação e Cobrança do Imposto sobre as Sucessões e Doações e Sisa sobre a Transmissão de Imóveis a Título Oneroso.

No entanto, entre as diversas medidas presentes no novo diploma salienta-se as seguintes:

- O Imposto Predial incide sobre a propriedade ou sobre rendimentos de prédios urbanos, rústicos e terrenos para construção e sobre as transmissões gratuitas ou onerosas de imóveis;
- A tributação de imóveis arrendados não pode ser inferior à que resultaria da tributação sobre o valor patrimonial de imóveis não arrendados;
- A matéria colectável nos prédios rústicos corresponde ao valor patrimonial de AOA 10 397,00 por hectare;
- A taxa do Imposto Predial incidente sobre prédios urbanos não arrendados é de 0,1% quando o valor patrimonial for inferior a AOA 5 000 000,00, terá um valor fixo de AOA 5 000,00 quando o valor patrimonial estiver entre de AOA 5 000 001,00 a AOA 6 000 000,00 e será de 0,5% quando o valor patrimonial for superior a AOA 6 000 000,00 sobre o excesso de AOA 5 000 000,00;
- A taxa do imposto predial aplicável aos prédios arrendados é de 25% sobre o



rendimento colectável (60% do valor das rendas);

- A taxa do Imposto Predial aplicável à transmissão de imóveis é de 2%.
- Imposto Industrial

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerada fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do n.º 2 do Artigo 1.º do Código do Imposto Industrial aprovado pela Lei nº 26/20, de 20 de Julho, sendo a taxa de imposto aplicável de 25%, de acordo com o referido Código.

Nos termos do Código do Imposto Industrial é devida uma liquidação provisória deste imposto, a qual é efectuada mediante a aplicação de uma taxa de 6,5% sobre a prestação de serviços, cuja entrega de imposto retido deve ser efectuada até ao último dia útil do mês seguinte. Uma vez que este pagamento é provisório, será deduzido à colecta final de Imposto Industrial, de acordo o artigo 67.º do Código do Imposto Industrial.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 48.º do Código do Imposto Industrial podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos cinco anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável do exercício de 2018.

É de salientar ainda que o prazo pode ser alargado até 10 anos, caso o não pagamento de determinado tributo configure infracção tributária. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Os rendimentos obtidos pela Sociedade, no âmbito do exercício normal da sua actividade, estão sujeitos a diversos impostos, consoante a sua natureza. Deste modo, a Sociedade é tributada pela totalidade dos lucros obtidos quer no país, quer no estrangeiro e o seu lucro tributável corresponde à diferença entre todos os proveitos ou ganhos realizados e os custos ou perdas imputáveis ao exercício em apreço, eventualmente corrigidos nos termos do Código do Imposto Industrial.

- Imposto de Selo

O Imposto de Selo incide sobre vários actos e factos tributários, a diferentes taxas, sendo liquidado pela Sociedade nas situações em que assume a posição de sujeito passivo,

independentemente de o encargo recair ou não sobre si. Tendo em conta o Código do Imposto do Selo actualmente em vigor, recentemente revisto pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/14, de 21 de Outubro, é de destacar o Imposto de Selo nas seguintes situações com impacto na actividade da Sociedade: i) arrendamento de imóveis a terceiros, às taxas de 0,1% ou 0,4%, consoante o tipo de arrendamento, ii) garantias prestadas a terceiros, às taxas de 0,3%, 0,2% ou 0,1%, consoante o prazo da garantia, iii) recibos de quitação pelo efectivo recebimento de créditos resultantes do exercício da actividade comercial ou industrial, à taxa de 7%, e iv) actos societários, à taxa de 0,1%.

- Imposto Especial de Consumo

Este imposto incide sobre determinados serviços contemplados no Regulamento do Imposto Especial de Consumo, revisto pela Lei n.º 8/19, de 24 de Abril. As taxas variam de 2% aos 19%, sendo este imposto liquidado e entregue nos cofres do Estado pelo prestador de serviços, pese embora o encargo do mesmo recaia, regra geral, sobre o beneficiário dos serviços.

- Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras da Sociedade. A taxa varia entre 5% (no caso de juros pagos relativamente a títulos de dívida pública que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 10% nos restantes casos, sendo retido na fonte pelas instituições bancárias nas quais as aplicações são efectuadas.

Adicionalmente nos termos do artigo 18.º do código do imposto industrial, não é aceite como gasto dedutível para efeitos de apuramento da matéria colectável o próprio IAC, bem como, por outro lado, deduzir-se-ão para efeitos de apuramento do lucro tributável, os rendimentos sujeitos a IAC, conforme o disposto no artigo 47.º do Código do Imposto Industrial.

- Imposto sobre o Valor Acrescentado

O IVA incide sobre a transmissões de bens ou uma prestação de serviços acessória a outra transmissão de bens ou prestação de serviços considera-se parte integrante da mesma. O foi aprovado pela Lei n.º 7/19 de 24 de Abril, a taxa de 14% (artigo 19.º). O IVA é um imposto indirecto, plurifásico de incidência ampla que abrange de forma generalizada, as transmissões onerosas de bens, as prestações onerosas de serviços e as importações, abrangendo pontos de produção, distribuição e comercialização.



- Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em exercícios futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor dos activos e passivos no balanço e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

5.2.3 Principais estimativas na aplicação das políticas contabilísticas

As contas da Sociedade integram estimativas realizadas em condições de incerteza, que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento de forma a apurar a estimativa adequada.

O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Provisões para outros riscos e encargos;
- Impostos sobre os lucros; e
- Benefícios a colaboradores.

Notas aos Balanços

4. Imobilizações corpóreas

4.1 Composição

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas		
	2023		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido
Obras em edifícios arrendados	-	-	-
Equipamento de transporte	70 467	(55 773)	14 694
Equipamento administrativo	5 363	(4 174)	1 189
Total	75 830	(59 947)	15 883

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas		
	2022		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido
Obras em edifícios arrendados	4 538	(908)	3 630
Equipamento de transporte	61 967	(49 083)	12 885
Equipamento administrativo	5 363	(3 368)	1 995
Total	71 868	(53 359)	18 510

4.2 Movimentos ocorridos no valor bruto durante o exercício

No quadro seguinte apresentam-se os movimentos ocorridos no valor bruto dos activos corpóreos, durante os exercícios de 2023 e 2022:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas		
	31/12/2022	Aumentos	31/12/2023
Obras em edifícios arrendados	4 538	-	-
Equipamento de transporte	61 967	8 500	70 467
Equipamento administrativo	5 363	-	5 363
Total	71 868	8 500	75 830

4.3 Movimentos ocorridos durante o exercício nas amortizações acumuladas

No quadro seguinte apresentam-se os movimentos nas amortizações dos activos corpóreos durante os exercícios de 2023 e 2022:

Descrição	31/12/2022	Valores expressos em milhares de Kwanzas		
		Aumentos (Nota 29)	Diminuições	31/12/2023
Obras em edifícios arrendados	908	-	908	-
Equipamento de transporte	49 083	8 510	1 820	55 773
Equipamento administrativo	3 368	1 356	550	4 174
Total	53 359	9 866	3 278	59 947

5. Imobilizações incorpóreas

Para o exercício de 2023, as imobilizações incorpóreas da sociedade gestora já estão totalmente amortizadas e o seu saldo é nulo, conforme apresenta o quadro seguinte:

Descrição	2023		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido
Sistemas tratamento automático de dados (Software)	4 937	(4 937)	-
Total	4 937	(4 937)	-

7. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Outros activos financeiros" tem a seguinte composição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Investimento financeiro		
Obrigações de tesouro em moeda nacional	150 000	834 928
Obrigações de tesouro indexadas ao dólar norte-americano	-	-
Total	150 000	834 928

A carteira de "Títulos do SGFP" é atualmente composta por Obrigações do Tesouro emitidas pelo Estado Angolano. Esses títulos são registados pelo custo de aquisição, sendo que a Sociedade realiza testes de imparidade para verificar sua recuperabilidade. Em 2023, a rubrica de outros ativos financeiros apresentou uma redução em relação ao período anterior, devido ao vencimento das obrigações do tesouro ocorrido ao longo do ano de 2023.

9. Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas				2022
	2023				
	Corrente	Não Corrente		Total	
		Vencível até 5 anos	Vencível a mais de 5 anos		
Fundos sob gestão (a)	-	-	-	-	12 469
Estado	76 919	-	-	76 919	43 253
Fornecedores- saldos devedores	1 434	-	-	1 434	-
Pessoal	157	-	-	157	158
Total	78 510	-	-	78 510	55 880

a) Fundos sob gestão

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	Valores expressos em milhares de Kwanzas		31/12/2023
		Aumentos	Diminuições	
Fundo BOR	8 886	-	(8 886)	-
Fundo Unitel, SA	3 139	-	(3 139)	-
Fundo MIMPET	-	-	-	-
Fundo 1-5-10 Por dia	445	-	(445)	-
Fundo ENE	-	-	-	-
Total	12 469	-	(12 469)	-

10. Disponibilidades

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Disponibilidades" tem a seguinte composição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Depósitos a prazo (i)	1 290 900	140 000
Depósitos à ordem (ii)	106 588	469 259
Títulos negociáveis (Nota 7)	-	-
Total	1 397 488	609 259

- (i) Em 2023, a Sociedade realizou a constituição de Depósitos a Prazo no Banco Económico, S.A., no valor de 1.290.900 milhares de Kwanzas, com uma taxa de juros média de 13,25%. Após o reembolso dos capitais investidos em Obrigações do tesouro, a Sociedade decidiu aplicar o montante supracitado nos Depósitos a Prazo mencionados, o que permitiu, em 31 de Dezembro de 2023, um rendimento acumulado no montante de 22.990 milhares de Kwanzas, registado na rubrica "Resultados financeiros - Juros de aplicações de tesouraria (Nota 31).
- (ii) Em 31 de Dezembro de 2023, a rubrica de "Disponibilidades à Ordem" era constituída por depósitos à ordem, não remunerados, junto dos Bancos: Económico, S.A., BAI, S.A e BFA, S.A

11. Outros Activos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Outros Activos Correntes" apresenta a seguinte composição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Proveitos a Facturar		
Comissão de gestão do fundo	409 817	259 567
Juros	47 057	36 078
Subtotal	456 874	295 645
Encargos a repartir por exercícios futuros		
Longo Prazo	-	-
Prémios de seguros	-	-
Subtotal	-	-
Outros valores a receber	20 068	36 032
Subtotal	20 068	36 032
Total	476 942	331 677

- i) Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Comissão de gestão do fundo" apresenta o valor a receber de comissões de gestão dos fundos, apresentando a seguinte composição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Comissões		
Comissão de gestão		
Fundo de Pensões dos trabalhadores da UNITEL	74 961	106 721
Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Ministério dos Petróleos	27 500	31 064
Fundo de Pensões Besa Opções Reforma	21 182	54 083
Fundo de Pensões 1-5-10 Por dia	686	2 031
Fundo de Pensões dos trabalhadores da ENE	285 488	65 668
Total	409 817	259 567

- ii) A rubrica de "Proveitos a facturar – Juros", inclui os juros a receber relativamente às Obrigações de Dezembro e Depósitos a Prazo, registados na rubrica "Disponibilidades" (Nota 10); e
- iii) A rubrica "Encargos a repartir por exercícios futuros – Longo Prazo", corresponde ao montante a pagar ao fornecedor Longo Prazo, referente à manutenção do sistema SGC.

12. Capital

Para dotar a Sociedade dos meios financeiros e margem de solvência necessários ao crescimento da sua actividade, em 5 de Setembro de 2018 a Assembleia Geral de Accionistas deliberou aumentar o capital de AOA 105 milhões para AOA 1.000 milhões, por subscrição reservada aos accionistas, integralmente realizada, sendo a estrutura accionista, à data de 31 de Dezembro de 2023, repartido da seguinte forma:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas		
	Nº de Ações	Valor Nominal	%
Banco Económico, SA	9 500	950 000	96%
GM5-Gestão de Activos, SGPS, S.A.	370	37 000	3,7%
Accionistas Individuais:			
Ilídio Domingos das Matias Santos	10	1 000	0,1%
António Manuel Ramos da Cruz	10	1 000	0,1%
Alancél Tossa Dombelo Chivane	10	1 000	0,1%
Total	10 000	1 000 000	100%

O exercício dos direitos de preferência foi integralmente realizado pelo accionista maioritário "Banco Económico, S.A." que exerceu os seus direitos de subscrição e os direitos não exercidos pelos restantes accionistas, nos termos estatutários, tendo aumentado a sua participação social de 64,0% para 96% do capital e correspondentes direitos de voto, por diluição das restantes posições accionistas.

Relativamente ao capital regulatório, nos termos do aviso 01/21 de 5 de Janeiro, a margem de solvência foi determinada de acordo com o modelo regulamentar 003/D1/EGFP/ARSEG referente a 31 de Dezembro de 2023, ascendendo a 934 115 milhares de kwanzas considerado necessário para atingir os objectivos estratégicos da Sociedade Gestora.

13. Reservas

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Reservas" apresenta a seguinte composição:

Descrição	Saldo inicial	Valores expressos em milhares de Kwanzas		
		Aumentos	Diminuição	Saldo Final
Reserva legal	24 090	40 518	-	64 608
Total	24 090	40 518	-	64 608

14. Resultados Transitados

Os movimentos ocorridos na rubrica de "Resultados Transitados" durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 foram os seguintes:

Descrição	31/12/2022	Valores expressos em milhares de Kwanzas		
		Aumento	Diminuições	31/12/2023
Saldo inicial	206 901	-	-	206 901
Movimentos no período				
Transferências dos resultados do ano anterior	-	405 178	40 518	364 660
Resultado Transitados	-	-	-	-
Acerto via Resultado Transitados	-	-	4 623	(4 623)
Impostos diferidos passivos	-	-	-	-
Total	206 901	405 178	40 518	566 938

Em 31 de Dezembro de 2023, a Sociedade obteve um resultado líquido do exercício de 311 626 milhares de Kwanzas. Será proposto na Assembleia Geral de Accionistas a incorporação do resultado líquido do exercício do seguinte modo: (i) para Reserva Legal, 10% do resultado Líquido do ano no montante de 31 163 milhares de Kwanzas (Nota 13) e (ii) para resultados transitados o montante de 280 463 milhares de Kwanzas.

Conforme proposta aprovada na Assembleia Geral 15 de Maio de 2023, a Integralidade dos resultados do exercício anterior foi registada em resultados transitados para continuidade do negócio no exercício de 2023 (Nota 14).

Handwritten signature and stamp

16. Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Impostos diferidos" apresenta a seguinte Movimentação:

Descrição	31/12/2022	Valores expressos em milhares de Kwanzas		31/12/2023
		Aumento (Nota 35)	Diminuições (Nota 35)	
Impostos diferidos passivos	6 431	-	-	6 431
Total	6 431	-	-	6 431

18. Provisões para outros riscos e encargos

Os movimentos ocorridos nas provisões para riscos e encargos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 foram os seguintes:

Descrição	31/12/2022	Valores expressos em milhares de Kwanzas		31/12/2023
		Dotações	Reversões	
Prov. p/ Imposto Consumo	5 161	-	-	5 161
Provisões Imposto Predial	5 043	-	-	5 043
Contribuições para Seg. Social	2 445	-	-	2 445
Provisão p/ Lei 7/97	1 126	-	-	1 126
Contingências Fiscais	310	-	-	310
Total	14 085	-	-	14 085

19. Contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica tem a seguinte composição:

Descrição:	Valores expressos em milhares de Kwanzas					2022
	2023					
	Corrente	Não Corrente		Total		
		Vencível até 5 anos	Vencível a mais de 5 anos			
Outros credores (a)	(64 210)	-	-	(64 210)	(35 830)	
Estado (b)	(9 450)	-	-	(9 450)	(79 637)	
Pessoal	-	-	-	-	-	
Total	(73 660)	-	-	(73 660)	(115 466)	

a) Outros credores

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas			
	31/12/2022	Aumentos	Diminuições	31/12/2023
Longo Prazo (j)	23 964	-	23 964	-
ARSEG (i)	6 262	21 366	-	27 628
C&S - Assurance and Advisory, S.A.	-	27 018	-	27 018
DotLupa, Lda.	376	-	376	-
Titulos de Rendimento Fixo	1 628	-	1 628	-
Outros valores a pagar	3 600	6 512	546	9 564
Total	35 830	54 896	26 514	64 210

O montante em dívida à ARSEG corresponde à contribuição a liquidar junto da entidade reguladora, com base no Decreto Presidencial n.º 213/22 de 23 de Julho.

O montante em dívida do fornecedor C&S - Assurance and Advisory, S.A, inclui os custos associados aos serviços de auditoria da Sociedade e respectivos fundos.

b) Estado

A rubrica de "Estado" em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresenta a seguinte composição:

Valores expressos em milhares de Kwanzas		
Descrição	2023	2022
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 35)	-	65 576
Imposto a Regularizar	-	-
IRT - Trabalhadores independentes	(2 623)	2 174
Outros impostos	(6 827)	11 887
	(9 450)	79 637

21. Outros passivos não correntes e contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica tem a seguinte composição:

Valores expressos em milhares de Kwanzas		
Descrição	2023	2022
Encargos a pagar		
Subsídio de férias	18 824	15 457
Mensualização RV	467	467
Outros custos administrativos 1)	62 183	62 178
Subtotal	81 474	78 102
Proveitos a repartir por exercícios futuros		
Títulos da dívida pública	-	-
Subtotal	-	-
Total	81 474	78 102

Em 31 de Dezembro de 2023, a rubrica "Outros custos administrativos" inclui os custos associados com serviços de auditoria externa às Demonstrações Financeiras da Sociedade e dos respectivos Fundos, assim como de outros serviços de consultoria.

A rubrica "Mensualização RV" refere-se à especialização de prémios e/ou remunerações variáveis aos colaboradores e membros dos Órgãos Sociais da Sociedade, relativos ao respectivo desempenho durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 ou em anos anteriores. Para o exercício de 2023 não existiram remunerações variáveis sobre avaliação de desempenho a pagar pelo que o Conselho de Administração decidiu não constituir qualquer provisão.

Notas às Demonstrações de Resultados

24. Outros proveitos operacionais

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Comissões		
Comissão de gestão		
Fundo de Pensões dos trabalhadores da UNITEL	258 710	186 728
Fundo de Pensões Besa Opções Reforma	157 849	116 763
Fundo de Pensões dos trabalhadores da ENE	285 488	82 958
Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Ministério dos Petróleos	27 500	15 236
Fundo de Pensões 1-5-10 Por dia	7 285	4 117
Total	736 832	405 803

No caso dos Fundos I) Fundo de Pensões dos Trabalhadores de ENE - Empresa Nacional de Electricidade, EP e II) Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Ministério dos Petróleos, a comissão é calculada e paga anualmente. Relativamente ao Fundo de Pensões dos Trabalhadores da Unitel o valor da comissão é calculado anualmente, sendo o pagamento realizado trimestralmente. Para os fundos I) Fundo BESA Opções Reforma e II) Fundo Pensões 1-5-10 Por Dia, o cálculo da comissão também é realizado anualmente, não obstante o pagamento ser feito mensalmente.

Os Fundos geridos pela Sociedade com referência a 31 de Dezembro de 2023 não cumpriram os limites definidos para aplicações financeiras em numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações no Mercado Monetário Interbancário, conforme definido na alínea g) do n.º 2 do artigo 12º do Decreto Executivo n.º 16/03, de 21 de Fevereiro, emitido pelo Ministério das Finanças, por falta de alternativas seguras no mercado.

Assim, com referência a 31 de Dezembro de 2023, os Fundos geridos pela Sociedade excederam o limite máximo de 20% do valor do Fundo para a detenção de depósitos em instituições de crédito em sociedades que estejam entre si ou com a Sociedade Gestora em relação de domínio ou de grupo, conforme definido na alínea b) do n.º 3 do artigo 12º do Decreto Executivo n.º 16/03, de 21 de Fevereiro, emitido pelo Ministério das Finanças.

É entendimento do Conselho de Administração da Sociedade que estes incumprimentos dos requisitos do artigo 12º do Decreto Executivo n.º 16/03 não colocam em causa a

solvabilidade dos Fundos de Pensões, nem irão resultar em perdas para as demonstrações financeiras da Sociedade.

28. Custos com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Remunerações		
Remuneração mensal	103 340	75 771
Remunerações adicionais	29 468	10 173
Subtotal	132 812	95 943
Encargos sobre remunerações		
Obrigatórios	10 319	7 716
Facultativos	15 212	10 297
Subtotal	26 131	18 012
Pensões	4 685	3 600
Outras remunerações	2 486	4 411
Subtotal	7 172	8 011
Total	166 110	119 967
Nº colaboradores	10	9

Em 2023, verifica-se um aumento nos "Custos com Pessoal" face ao registado em 2022, devido ao aumento da Remuneração Mensal. Para as restantes componentes remuneratórias, não foram efectuadas alterações significativas face ao período anterior.

29. Amortizações

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Amortizações" apresenta a seguinte composição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Imobilizações corpóreas		
Equipamento de transporte	8 510	13 492
Equipamento administrativo	1 356	1 633
Quotas em edifícios arrendados	-	454
Subtotal	9 866	17 579
Imobilizações incorpóreas		
Sistemas Tratamento automático de dados (Software)	-	-
Subtotal	-	-
Total	9 866	17 579

Handwritten signatures and stamps.

30. Outros custos e perdas operacionais

A rubrica de "Outros custos e perdas operacionais" em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresenta a seguinte composição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Fornecimentos e serviços de terceiros		
Auditoria I)	86 090	60 400
Outros serviços especializados II)	11 397	1 843
Consultoria III)	34 681	35 351
Conservação e reparação	3 913	3 688
Rendas e Alugueres (II)	7 800	12 346
Impressos e material de consumo	6 714	5 206
Deslocação e estadas	17 692	-
Seguros	19 519	15 331
Outros (V)	177 129	44 382
Subtotal	364 935	178 548
Impostos		
Impostos indirectos (VI)	12 538	10 298
Impostos directos (VI)	15 329	3 062
Subtotal	27 867	13 360
Contribuições ARSEG (Nota 19)		
Subtotal	59 022	6 280
Total	451 824	198 188

Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica "Outros custos e perdas operacionais" teve um acréscimo, considerando o aumento dos custos com serviços de consultoria e formação, bem como o aumento dos custos com rendas e alugueres

Na sequência do quadro acima "Outros custos e perdas operacionais" destacamos algumas rubricas:

- (i) A rubrica "Auditorias" refere-se a custos com a prestação de serviços de auditoria às demonstrações financeiras da EFP-SGFP, S.A. e aos Fundos geridos pela Sociedade. A redução face ao exercício anterior, resulta de revisão de contratos de auditoria para o exercício em análise;
- (ii) A rubrica "Outros serviços especializados" referem-se a custos com a prestação de serviço de manutenção do aplicativo de gestão da carteira dos fundos, prestados pelo fornecedor Longo Prazo;
- (iii) A rubrica "Consultoria" refere-se essencialmente a custos com a prestação de serviço de apoio a contabilidade;
- (iv) A rubrica "Comissões" refere-se a despesas bancárias cobradas pelo banco, em função dos serviços prestados à sociedade gestora;
- (v) A rubrica "outros" refere-se as despesas cobradas pelo Banco Económico, pela cedência de colaboradores, sendo os montantes registados relativos aos pagamentos de facturas referentes ao biénio 2021-2023;
- (vi) As rubricas "Impostos indirectos e directos" referem-se a todos os encargos suportados com os impostos, sendo nele agrupados os impostos de aplicação de capital, imposto de selo, pagamento de RENT, pagamento de imposto automóvel e impostos que incidem sobre os títulos aplicados e juros de rendimento de capital investido.



31. Resultados Financeiros

A rubrica de "Resultados financeiros" em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 apresenta a seguinte composição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Proveitos e ganhos financeiros		
Juros		
De obrigações	210 854	171 179
De aplicações de tesouraria	22 990	14 499
Subtotal	233 844	185 678
Prémio/(desconto) de títulos	13 420	32 245
Diferenças de câmbios favoráveis e desfavoráveis	3 741	2 760
Vencimento de obrigações	-	-
Subtotal	17 161	35 005
Total	216 683	220 682

- i) Em 2023, a Sociedade recebeu o montante de 210 854 milhares de Kwanzas em Juros de Obrigações;
- ii) Em 31 de Dezembro de 2023, o montante registado na rubrica Prémio/(desconto) deve-se à especialização do prémio de Obrigações de Tesouro a desconto.

33. Resultados Não Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2023, o montante registado na rubrica "Resultados não operacionais" deve-se a acertos relativos a anos anteriores.

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Proveitos e ganhos financeiros		
Reposição das provisões	-	-
Ganhos em Existência	-	-
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	14 085	-
Outros Proveitos e Ganhos não Operacionais	-	180 003
Total	14 085	180 003

34. Resultados extraordinários

A rubrica de "Resultados extraordinários" em 31 de Dezembro 2023 a 2022 apresenta seguinte composição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Proveitos e Ganhos Extraordinários		
Reversão da estimativa de contribuições a ARSEG (Nota 19)	-	-
Outros	-	-
Subtotal	-	-
Custos e Perdas Extraordinários		
Multas	-	-
Subtotal	-	-
Total	-	-

Neste período, não foram registados resultados extraordinários.

35. Imposto sobre o rendimento

A rubrica de "Imposto sobre o rendimento" em 31 de Dezembro de 2023 apresenta a seguinte composição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Resultado contabilístico	311 528	470 754
A ACRESCER:		
Amortizações excessivas (artigo 40.º) CII	-	-
Imposto sobre Aplicação de Capitais (artigo 18.º) CII	4 885	3 361
Impostos suportados pela empresa (artigo 18.º) CII	38	-
Multas e encargos sobre infracções (artigo 18.º) CII	360	27 383
Correcções relativas a exercícios anteriores e extraordinárias do exercício (artigo 18.º) CII	23 702	-
Variações patrimoniais positivas (artigo 13.º) CII	-	-
A DEDUZIR:		
Proventos sujeitos a IAC (artigo 47.º) CII	233 844	220 682
Variações cambiais favoráveis não realizadas (artigo 13.º) CII	-	-
LUCRO TRIBUTÁVEL (PRELUIZO FISCAL)	106 766	280 795
Taxa nominal de imposto	25%	25%
	26 691	70 199
Deduções a colectar:		
Liquidações provisórias sobre as vendas (artigo 66.º) CII	-	4 623
Liquidações provisórias sobre as vendas (artigo 67.º) CII	38 128	-
TOTAL IMPOSTO A PAGAR	(11 436)	65 576

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Imposto ciferido	-	-
Total	-	-

Handwritten signature and stamp.

40. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, as entidades accionistas são as seguintes:

- Banco Económico, S.A.;
- GNB – Participações Internacionais, SGPS, S.A.; e
- Outros accionistas individuais (três pessoas singulares)

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, as outras entidades relacionadas são as seguintes:

- Económico Fundos de Investimento – SGOIC, SA
- Fundo de Pensões BESA Opções Reforma;
- Fundo de Pensões 1-5-10 Por Dia;
- Fundo de Pensões Unitel, SA;
- Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Ministério dos Petróleos; e
- Fundo de Pensões dos Trabalhadores da Empresa Nacional de Electricidade, EP.

Em 2023 e 2022, o montante global de activos e passivos relativos a operações realizadas com partes relacionadas, tem a seguinte decomposição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Activo		
Depósitos à ordem (Nota 10)	1 320 277	469 259
Outros activos correntes (Nota 11)	409 817	259 567
Total	1 730 094	728 826

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Depósitos à ordem" incluía a totalidade dos depósitos junto do Banco Económico, S.A. (Nota 10).

A rubrica "Outros devedores", em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, inclui os montantes relativos às comissões de gestão a receber dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 11).

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o montante global de proveitos e custos realizadas com Partes Relacionadas, tem a seguinte decomposição:

Descrição	Valores expressos em milhares de Kwanzas	
	2023	2022
Proveitos		
Prestação de serviços (Nota 24)	736 832	405 803
Subtotal	736 832	405 803
Custos		
Custo com pessoal (Nota 28)	-	-
Outros custos operacionais (Nota 30)	-	(2 276)
Subtotal	-	(2 276)
Total	736 832	403 527

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica de "Prestação de Serviços" é relativa aos proveitos com as comissões de gestão cobradas aos Fundos de Pensões geridos pela Económico Fundo de Pensões - SGFP, S.A.

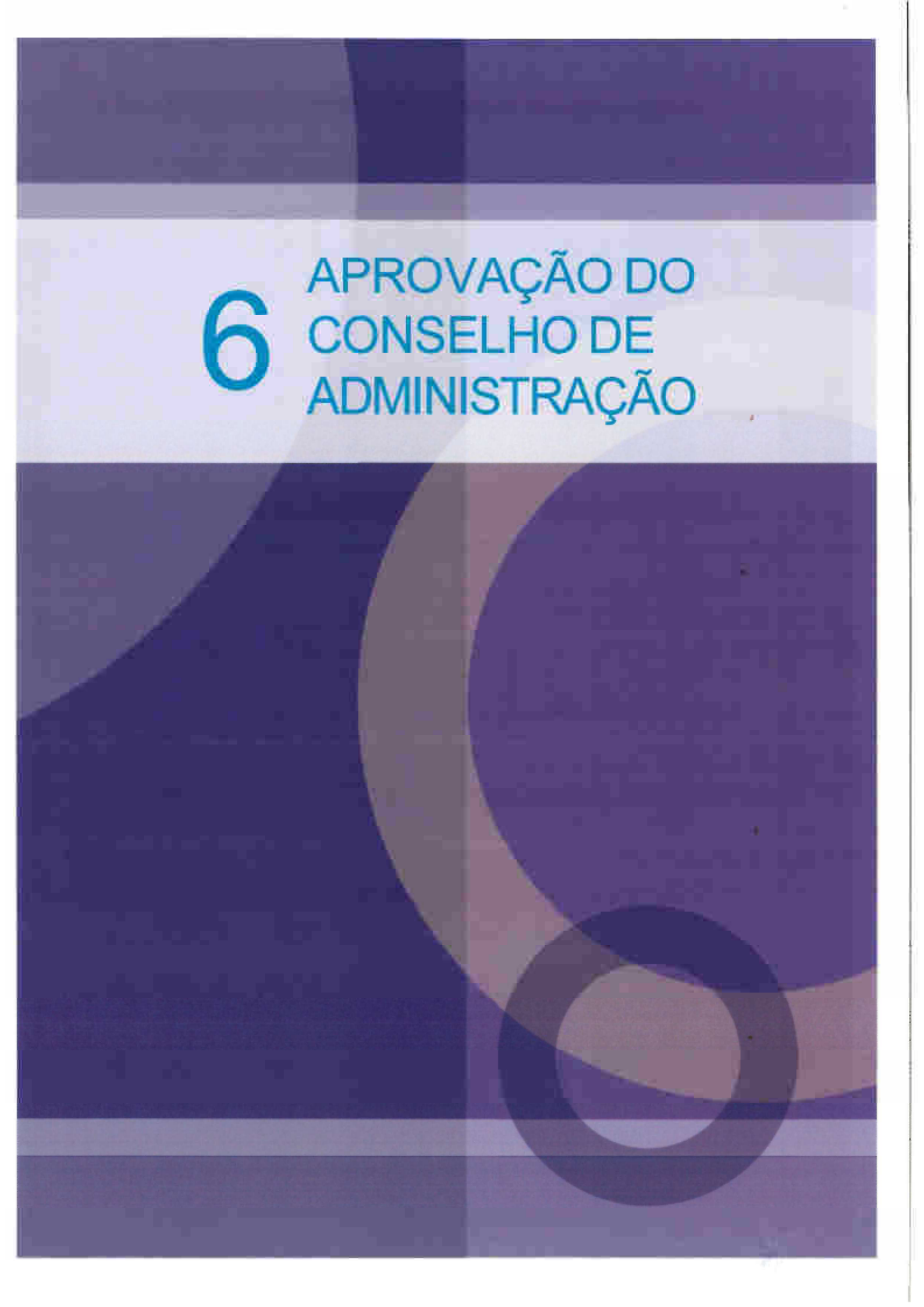
41. Outras informações consideradas relevantes

A Sociedade analisa os eventos ocorridos após a data de balanço, ou seja, os acontecimentos favoráveis e desfavoráveis que ocorram entre a data do fecho das demonstrações financeiras e a data de aprovação das mesmas. Consequentemente, podem ser identificados dois tipos de eventos:

- Que proporcionam prova de condições que existiam à data de balanço (dão lugar a ajustamentos);
- Sejam indicativos de condições que surgiram após a data de balanço (eventos após a data de balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração da Sociedade considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2023.





6 APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

6. Aprovação do Conselho de Administração

6.1 Relatório de gestão e documentos de prestação de contas

O Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e objectividade das Demonstrações Financeiras e demais informações contidas neste relatório.

Dentro das boas práticas de Governo Corporativo, o Conselho de Administração declara que não tem conhecimento de quaisquer aspectos que obstem a sua convicção que:

- A Sociedade dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os respectivos activos sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e procedimentos adoptados.
- As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, auditadas e preparadas em conformidade com o normativo em vigor em Angola, dão uma imagem verdadeira e apropriada do Activo, Passivo, Fundos Próprios e Resultados da Sociedade.
- O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira da Sociedade, em 2023.

6.2 Proposta de distribuição de Resultados

Nos termos da sua competência estatutária, o Conselho de Administração apresenta à Assembleia Geral a proposta de incorporação do Resultado Líquido do exercício de 2023, no valor de 311 626 milhares de Kwanzas:

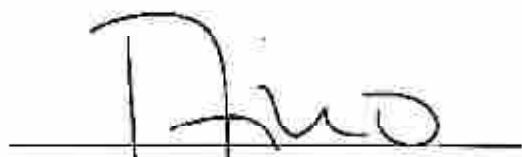
- Para Reserva Legal, o equivalente a 10% do Resultado Líquido do ano, no montante de 31 163 milhares de Kwanzas; e
- Para Resultados Transitados, o montante de 280 463 milhares de Kwanzas.

6.3 Nota de agradecimento

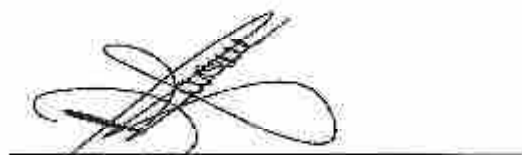
O Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento pela confiança dos seus Clientes, Fornecedores e Accionistas, pela lealdade e dedicação dos seus Colaboradores e pela cooperação das Autoridades Governamentais e de Supervisão.

Luanda, 25 de Abril de 2024

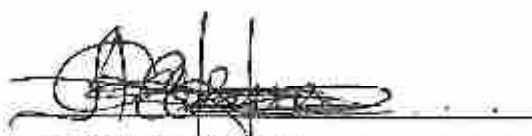
O Conselho de Administração



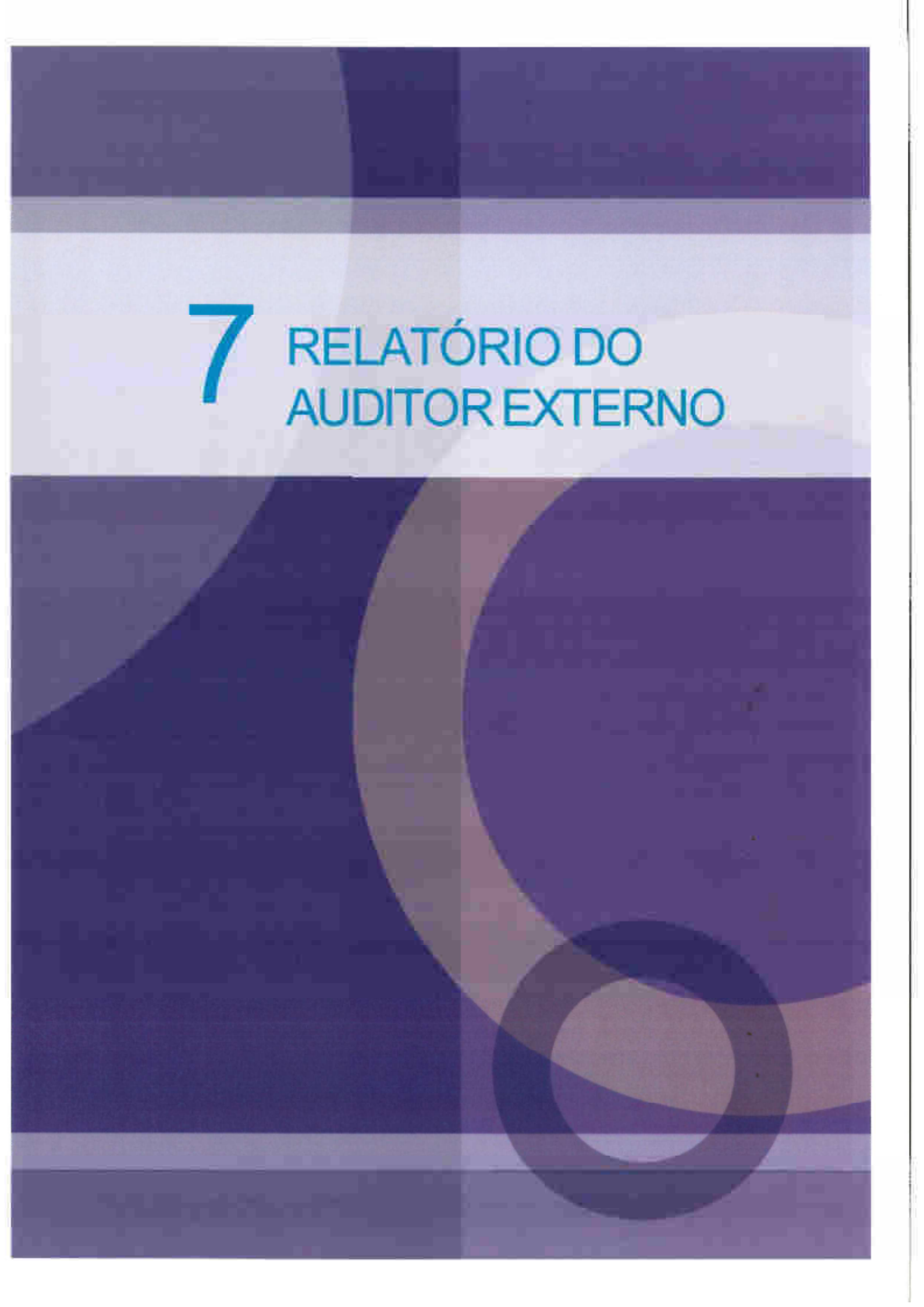
Maria Alexandra Lino
Administradora Executiva



Desidério Cesar Albano
Administrador não executivo



António Gaspar Cosme
Administrador não executivo



7 RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

7. Relatório do Auditor Externo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ao Conselho de Administração da

Económico Fundo de Pensões – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.,**Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras****Opinião**

1. Auditámos as Demonstrações Financeiras anexas da **Económico Fundo de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** ("Sociedade"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2023 que evidencia um total de 2.118.822 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 1.943.173 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 311.626 milhares de Kwanzas, as Demonstrações dos Resultados e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas anexas.
2. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Económico Fundo de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** em 31 de Dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios geralmente aceites em Angola (Nota 2).

Base para a opinião

3. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola.
4. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

5. O Conselho de Administração é responsável pela:
 - preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector dos Fundos de Pensões;
 - elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
 - criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
 - adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
 - avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

6. O Conselho Fiscal é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidade do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

7. A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável em emitir uma opinião independente sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorção material com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.
8. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
 - Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
 - Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
 - Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas actividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas actividades;
 - Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - Comunicamos com os Administradores, incluindo o Conselho Fiscal, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.
9. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

C&S – Assurance and Advisory

Auditores e Consultores

Inscrita na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o n.º E20180018

Registada na Comissão do Mercado de Capitais com o n.º 001/AE/CMC/02-19

Membro Correspondente da RSM Internacional



Ênfase

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 1 acima, chamamos a atenção para a seguinte situação:

- Conforme divulgado na Nota 24 do anexo às demonstrações financeiras, os Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, não se encontram a cumprir com um conjunto de limites mínimos e máximos referentes à estrutura das aplicações financeiras previstas no artigo 12º do Decreto Executivo nº16/03 de 21 de Fevereiro, emitido pelo Ministério das Finanças. É entendimento do Conselho de Administração da Sociedade que estes incumprimentos não colocam em causa a solvabilidade dos Fundos de Pensões, nem irão resultar em eventuais perdas e/ou contingências para as demonstrações financeiras da Sociedade.

Relato sobre Outros Requisitos Legais e Regulamentares quanto ao Relatório de Gestão

11. Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorrecções materiais.

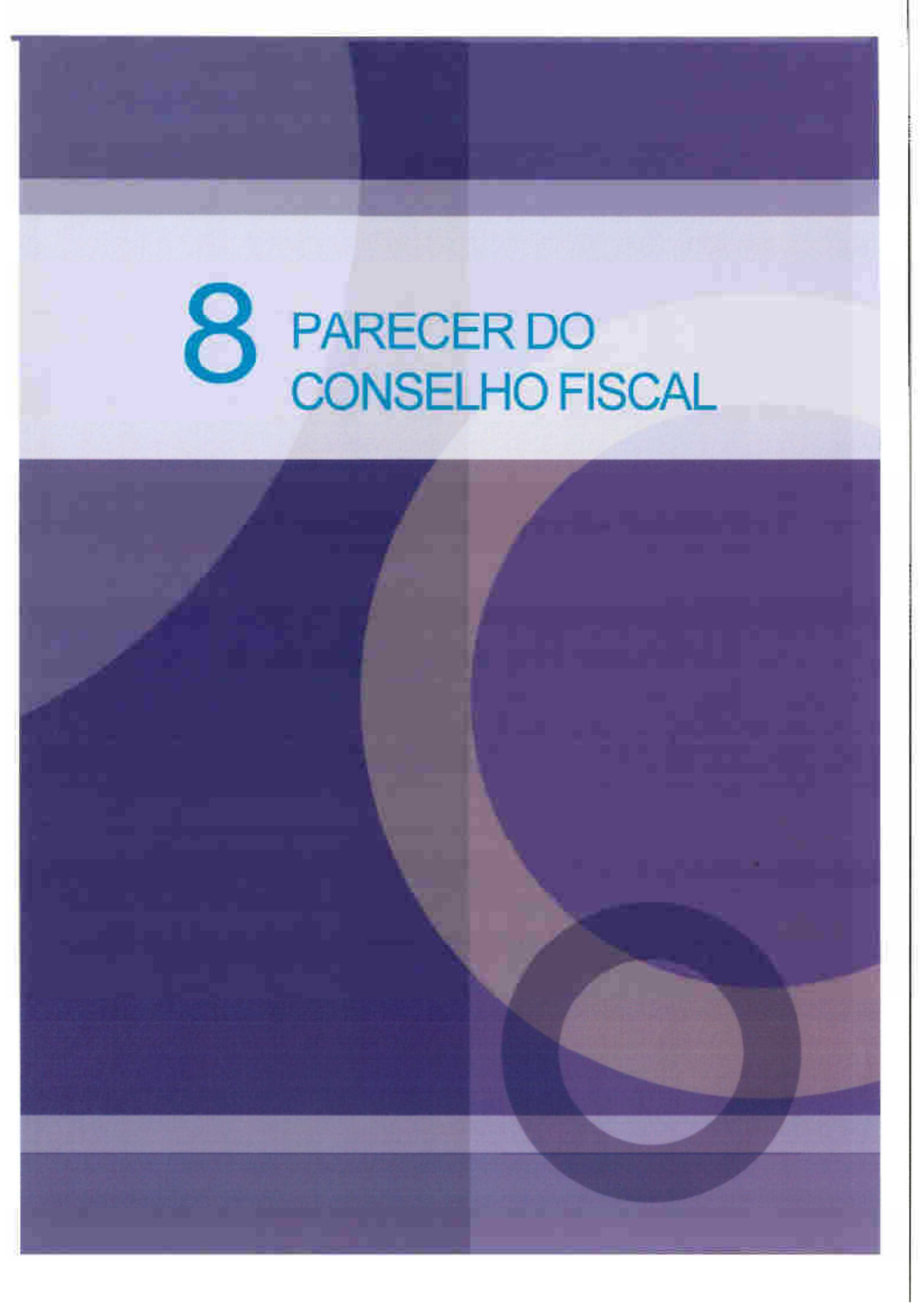
Luanda, 25 de Abril de 2024

C&S – Assurance and Advisory, S.A.

Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o n.º E20180018 e na Comissão de Mercado de Capitais com o n.º 001/AE/CMC/02-19

Representada por:

Henrique Manuel Camões Serra
(Perito Contabilista n.º 20130167)



8

PARECER DO
CONSELHO FISCAL

8. Parecer do Conselho Fiscal



**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO ECONÓMICO FUNDO DE
PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDO DE PENSÕES,**

REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2023

Ao Conselho de administração do Económico Fundo de Pensões- Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, SA,

Nos termos do artigo 432º e 444º, da Lei 1/04, de 13 de Fevereiro – Lei das Sociedades Comerciais, e de acordo com os estatutos da Sociedade e do mandato que nos conferiram, o Conselho Fiscal vem por este meio apresentar o parecer sobre as Demonstrações Financeiras do Económico Fundos de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. “ Sociedade Gestora” relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

No âmbito da fiscalização do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal interagiu com o Auditor Externo para aferir o seu acesso a informação e a sua opinião sobre a qualidade dos registos contabilísticos, sistema informático, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos, por forma a avaliar, com base no trabalho realizado pelo Auditor Externo, se as demonstrações financeiras do Económico Fundos de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A, traduzem adequadamente a situação patrimonial, resultados e fluxos de caixa do Fundo. E sobre os mesmos, temos a emitir os seguintes comentários:

1. O Conselho de Administração da Sociedade Gestora, preparou as Demonstrações Financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados em Angola para o sector dos Fundos de Pensões e pelo controlo interno que determina ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.
2. O conselho fiscal saúda com nota positiva os trabalhos do segundo ano do auditor externo - C&S – Assurance and Advisory, S.A.
3. O Conselho Fiscal Tomou conhecimento e apreciamos o Relatório do Auditor Independente com Opinião e sem Reservas. Entretanto o Relatório apresenta uma ênfase, cujo teor concordamos. A ênfase constante no Relatório do Auditor Independente referem-se às seguintes matérias.
 - a) Conforme divulgado na Nota 24 do anexo às demonstrações financeiras, os Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, não se encontram a cumprir com um conjunto de limites mínimos e máximos referentes à estrutura das aplicações financeiras previstas no artigo 12º do Decreto Executivo nº16/03 de 21 de Fevereiro, emitido pelo Ministério das Finanças. É entendimento do Conselho de Administração da Sociedade que estes incumprimentos não colocam em causa a solvabilidade dos Fundos de Pensões, nem irão resultar em eventuais perdas e/ou contingências para as demonstrações financeiras da Sociedade.

df

4. Trabalhos de efectuados e bases da emissão do parecer:

- a) A Demonstração dos resultados, o Balanço, a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Económico Fundos de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e dos seus respectivos resultados. Com base nos factos e por via das informações disponibilizadas, formulamos as opiniões seguintes:
- b) A acção da Direcção Geral pautou-se pelo respeito aos estatutos e pelas deliberações da Assembleia Geral e sobretudo, na observância do Decreto nº 82/2001 de 16 de Novembro que aprova o Plano Geral de Contabilidade, razão pela qual, as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos seus resultados;
- c) O Balanço em 31 de Dezembro de 2023 que evidencia um total de 2.118.822 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 1.943.173 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 311.626 milhares de Kwanzas, as Demonstrações dos Resultados e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas anexas.

6. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes do Relatório do Auditor Independente, somos do parecer que:

- a) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- b) Seja aprovado a proposta de distribuição de resultados.

Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis da empresa e demais colaboradores e ao auditor externo

Luanda, 26 de Abril de 2024

Dr. João Manuel António (Presidente)	
Dra. Teresa Kussoka (Vogal)	Teresa K. Kussoka
Dra. Clotilde de Jesus Moreira (Vogal)	Clotilde Moreira

